



ASSOCIAÇÃO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO

PLANO DE TRABALHO

INTRODUÇÃO

A Associação Multicultural e Esportiva Meninos do Morro, é uma entidade criada em Porto Ferreira – SP, fundada em 10/01/2022, com intuito de atender uma demanda de jovens e adolescentes na diferentes esperas da cultura, esporte e arte em suas manifestações, proporcionando através de atividades a inclusão social, seus projetos tem incluindo jovens e adolescentes desde a confecção de Bonecos e Alegorias para Carnaval, bem como o ensino e a instrumentalização destes em instrumentos de percussão, também a participação e apoio dos jovens atendidos em diferentes competições de futebol representando o Município nas parcerias firmadas com entidades .

1 - DADOS CADASTRAIS

a) Entidade

<i>Órgão/Entidade Proponente</i> Associação Multicultural e Esportiva Meninos do Morro			
<i>CNPJ</i> 49.130.970/0001-09			
<i>Atividade Econômica Principal (a mesma descrita no CNPJ)</i> Atividades de organizações associativas ligadas à cultura, esporte e à arte			
<i>Endereço</i> Av. Engenheiro Nicolau de Vergueiro Forjaz, n 429, Centro			
<i>Cidade</i> Porto Ferreira			<i>UF</i> SP
<i>CEP</i> 13660-005	<i>DDD/Telefone</i> (19) 9622-7399		<i>E-mail</i> fhgentil@hotmail.com
<i>Banco</i> BRASIL	<i>Agência</i> 0514-2	<i>Conta Corrente</i> 46.635-2	<i>Praça de Pagamento</i> PORTO FERREIRA-SP

(*) Declaramos que esta Conta corrente será exclusiva para o recebimento do recurso.

b) Responsáveis

<i>Responsável pela Instituição</i> Leonardo Ribaldo dos Santos Evangelista		
<i>CPF</i> 390.734.938-54	<i>RG</i> 41.165.565-6	<i>Órgão Expedidor</i> SSP/SP
<i>Cargo</i> Diretor Presidente	<i>Data de Nascimento</i> 13/07/1988	
<i>Endereço</i> Rua Casemiro Braga, n. 510, Bairro Cristo Redentor		
<i>E-mail Institucional</i> fhgentil@hotmail.com		
<i>E-mail Pessoal</i> Leonardoribaldo0@gmail.com		





ASSOCIAÇÃO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO

2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto consiste na utilização de emenda parlamentar para participação na VII Copa Internacional de Futebol de Base de Brodowisk-SP de 12 a 18 de julho de 2024, nas categorias sub 15, sub 16, sub 17 e sub 18, onde a Associação Multicultural e Esportiva estará representando o Município de Porto Ferreira-SP, nessa competição, a emenda servirá para cobrir custos de inscrição, transporte; Porto Ferreira-SP x Brodowisk-SP, e traslado interno durante os dias de competição, alimentação de aproximadamente 95 pessoas, sendo 20 atletas por cada categoria e mais comissão técnica e motoristas.

3- PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 41.900,00)

Espécie de Custos	Mês	Valor mensal (*)
Inscrição de 4 categorias sub 15, sub 16, sub 17, sub 18, VII Copa Internacional de Futebol de Base de Brodowisk, Transporte e Alimentação	Maio, Junho e Julho	R\$ 41.900,00
Total		R\$ 41.900,00

a) Identificação do Objeto

O objeto do Convênio tem como aplicação dos recursos na inscrição das categorias sub 15, sub 16, sub 17 e sub 18, para que viabilize a participação na VII Copa Internacional de Futebol de Base de Brodowisk 2024 que será realizada de 12 a 18 de julho.

b) Objetivo

Oportunizar aos adolescentes a chance de participar e competir em eventos de alto rendimento como vivenciar a oportunidade de jogar uma Copa Internacional de Futebol.

c) Justificativa

A VII Copa Internacional de Futebol de Base de Brodowisk, proporcionará a estes jovens e adolescentes, além do intercâmbio natural e aspecto cognitivo de uma competição de alto rendimento, a oportunidade de serem vistos por observadores técnicos e scouts de diferentes equipes do Cenário Nacional do Futebol.





ASSOCIAÇÃO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO

d) Metas a Serem Atingidas

Metas Quantitativas

Nº	Meta	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Indicador do Alcance de Meta
1	Inscrição das equipes e atletas	Inscrição	4	5.000,00	20.000,00	Nota Fiscal, Fotos dos Jogos
2	Locação ônibus e Vans, para Transporte para equipes e atletas	Serviço	3	3.500,00	10.500,00	Nota Fiscal, Fotos
3	Alimentação para os atletas na competição	Refeições	95	2.850,00	11.400,00	Nota Fiscal, Fotos

Metas Qualitativas

Nº	Meta	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Indicador do Alcance de Meta
1	Proporcionar o apoio aos atletas para garantirem a inscrição na Competição -mês de Maio	Inscrição	4	5.000,00	20.000,00	Documento Ficha de inscrição e Súmula dos Jogos que comprovarão que a inscrição e participação foi realizada
2	Proporcionar o apoio Transporte dos atletas e traslado na competição – mês de Junho	Serviço	3	3.500,00	10.500,00	Nota Fiscal e Fotos dos Transportes para os atletas
3	Proporcionar o apoio na alimentação dos atletas durante os dias de jogos da Competição – mês de julho	Refeições	95	2.850,00	11.400,00	Nota Fiscal Alimentação e Refeições dos atletas.





ASSOCIAÇÃO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO

4 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	DESCRIÇÃO	INDICADOR DE ALCANCE DA META
1	Inscrição das Quatro categorias que irão participar da Copa, mês de Maio	Nota Fiscal, e ficha de inscrição de atletas que comprovarão que a efetivação da participação na Copa foi realizada
2	3 Veículos sendo dois ônibus e uma Van, para transporte e traslado dos atletas- mês de Junho	Nota Fiscal, Fotos do Transporte dos atletas nos dias de Jogos que comprovarão que o serviço foi realizado.
3	Aquisição de Refeições diárias nos dias de competição– SP, mês de julho	Nota Fiscal, Fotos das refeições adquiridas que comprovarão que as refeições foram utilizadas em cada dia de competição.

5 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO R\$ 40.000,00

PARCELA	OBJETO	CONCEDENTE	PROPONENTE
01	Inscrição , Transporte e Alimentação para 4 categorias na VII Copa Internacional de Futebol de Base de Brodwick.	40.000,00	1.900,00
TOTAL			41.900,00

VI - PREVISÃO de EXECUÇÃO DO OBJETO

- Início.....: **10/05/2024**
- Duração: **30/07/2024**

VII - LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A Prefeitura Municipal de Porto Ferreira transferirá os recursos previstos no cronograma de desembolso, em parcela única, em conta específica indicada no item 1 desta proposta, até o dia 09 de Maio, sendo este o primeiro mês.

VIII - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos recebidos e dos rendimentos das aplicações financeiras deverá ser apresentada à Prefeitura Municipal de Porto Ferreira por intermédio de sua Secretaria em até **30 dias após o mês de competência** da prestação dos serviços, sendo composta das peças descritas da seguinte forma:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Relatório de Execução Financeira, com a descrição das receitas efetivamente realizadas (O relatório deverá conter a assinatura do representante legal e do contador responsável);
- Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela Organização da Sociedade Civil, contendo atividades ou Projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- Relação de Gastos, com a descrição das despesas efetivamente realizadas (O relatório deverá conter a assinatura do representante legal e do contador responsável);
- Cópias dos comprovantes de todas as despesas realizadas, bem como seus respectivos documentos de pagamento;

Avenida Nicolau Vergueiro Forjaz, nr.429, Centro – Porto Ferreira - SP





ASSOCIAÇÃO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO

- VI. Relatório Fotográfico sempre que couber;
- VII. Extratos Bancários;
- VIII. Declaração de Guarda dos originais dos documentos que foram apresentados na Prestação de Contas;

IX – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, por este Termo de Fomento, ao apresentar proposta de intervenção consubstanciada neste Plano de Trabalho, objetivando proporcionar melhores condições de vida aos beneficiários alvo desta Entidade, declaro:

- a) Para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Porto Ferreira, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora, ou situação de inadimplência com esta Prefeitura ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e/ou Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento Municipal, na forma deste Plano de Trabalho.
- b) Que me comprometo a colocar em operação imediata o projeto ora apoiado, bem como me responsabilizo pela sua operação regular e contínua.
- c) Ter conhecimento e cumprir fielmente o disposto nas Instruções 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Porto Ferreira,

ASSOCIACAO MULTICULTURAL E
ESPORTIVA MENINOS DO
M:49130970000109

Assinado de forma digital por ASSOCIACAO
MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO
M:49130970000109
Dados: 2024.04.30 07:36:05 -03'00'

Presidente

X - APROVAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL

Ralf Fábio Buriti
Secretária(o)

XI – APROVAÇÃO PELO ÓRGÃO CONCEDENTE

Rômulo Luís de Lima Ripa
Prefeito Municipal de Porto Ferreira





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 57E5-B5F4-6C6B-E42B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ RALF FÁBIO BURITI (CPF 353.XXX.XXX-62) em 02/05/2024 16:20:04 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ROMULO LUIS DE LIMA RIPA (CPF 350.XXX.XXX-33) em 15/05/2024 10:58:49 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ASSOCIAÇÃO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO (CNPJ 49.130.970/0001-09)
em 15/05/2024 11:26:48 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://portoferreira.1doc.com.br/verificacao/57E5-B5F4-6C6B-E42B>

Protocolo nº 9.617/2024

Referência: Justificativa para Inexigibilidade de Chamamento Público para parceria de Termo de Fomento com a ASSOCIACAO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A Prefeitura de Porto Ferreira, representada pelo Senhor Prefeito Rômulo Luís de Lima Ripa, no uso de suas atribuições legais, torna público a **Inexigibilidade de Chamamento Público** para celebração de parceria com a Organização da Sociedade Civil – OSC, mediante Termo de Fomento, para repasse de recursos provenientes de emenda impositiva, para a **ASSOCIACAO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO** inscrita no CNPJ nº 49.130.970/0001-09, com base no inciso II, artigo 31 da Lei Federal 13.019/2014 alterada pela 13.204/2015.

Considerando que, no inciso II, artigo 31 da Lei Federal 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015, “será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, quando, a parceria decorrer de transferência para a organização civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar de subvenção...”.

Considerando que, o plano de trabalho é condizente com o objeto da Emenda Modificativa nº 11/2023, destinada para custeio de inscrição de 4 categorias Sub 15, Sub 16, Sub 17 e Sub 18 na VII Copa Internacional de Futebol de Base de Brodowisk, Transporte e Alimentação dos atletas e comissão técnica.

CNPJ: 45.339.363/0001-94

Avenida Ângelo Ramos s/n - Centro – Porto Ferreira, SP – CEP: 13660-003

Fone: (19) 3585 3737

www.portoferreira.sp.gov.br | esporte@portoferreira.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA

"A CAPITAL NACIONAL DA CERÂMICA ARTÍSTICA E DA DECORAÇÃO"

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Notifica-se, assim, a **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO** a todos os interessados, em observância ao artigo 32, § 1º, da referida Lei destaca-se:

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista nesta Lei, o extrato da justificativa previsto no **caput** deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública.

Porto Ferreira, 2 de maio de 2024.

RALF FÁBIO BURITI

Secretária de Esportes e Lazer

RÔMULO LUÍS DE LIMA RIPÀ

Prefeito Municipal

CNPJ: 45.339.363/0001-94

Avenida Ângelo Ramos s/n - Centro – Porto Ferreira, SP – CEP: 13660-003

Fone: (19) 3585 3737

www.portoferreira.sp.gov.br | esporte@portoferreira.sp.gov.br

Assinado por 3 pessoas: RALF FÁBIO BURITI, RÔMULO LUIS DE LIMA RIPÀ e ASSOCIAÇÃO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portoferreira.1doc.com.br/verificacao/57E5-B5F4-6C6B-E42B> e informe o código 57E5-B5F4-6C6B-E42B





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 57E5-B5F4-6C6B-E42B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ RALF FÁBIO BURITI (CPF 353.XXX.XXX-62) em 02/05/2024 16:20:04 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ROMULO LUIS DE LIMA RIPA (CPF 350.XXX.XXX-33) em 15/05/2024 10:58:49 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ASSOCIAÇÃO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO (CNPJ 49.130.970/0001-09)
em 15/05/2024 11:26:48 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://portoferreira.1doc.com.br/verificacao/57E5-B5F4-6C6B-E42B>

TERMO DE FOMENTO Nº 10/2024

Protocolo nº 9.617/2024

Pelo presente, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o n.º 45.339.363/0001-94, com sede na Praça Cornélio Procópio, 90 – Centro, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Senhor **RÔMULO LUÍS DE LIMA RIPA**, de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO**, doravante denominada simplesmente ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob n.º 49.130.970/0001-09, situado na Av. Engenheiro Nicolau de Vergueiro Forjaz, nº 429 – centro, Porto Ferreira/SP, CEP 13.660-005, representado por seu responsável legal, o Senhor, **LEONARDO RIBALDO DOS SANTOS EVANGELISTA** inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob o nº 390.734.938-54, celebram este Termo de Fomento com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO TERMO DE FOMENTO

O presente termo tem por objetivo, a participação na VII Copa Intencional de Futebol de Base de Brodowski-SP de 12 a 18 de julho de 2024, conforme Plano de Trabalho anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REPASSES

2.1 - Para a execução da ação prevista na cláusula primeira, o **MUNICÍPIO** repassará recursos no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a serem liberados em parcela única no mês de maio do exercício de 2024, em conta corrente específica do Banco do Brasil – Banco 001 – Agência nº 0514-2 – Conta nº 46.635-2.

2.2 - O repasse a ser concedido pelo **MUNICÍPIO** onerará a seguinte dotação orçamentária: 07.01 3.3.50.39.02 27.812.3007.2.405 – 08 – 1100000 – 4137.

2.3- Ocorrendo a contrapartida de bens e serviços disponibilizados pela ENTIDADE, definidos no Plano de Trabalho, serão descritos neste TERMO DE FOMENTO, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada.

2.3.1 - Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria. (art. 35, § 1º, lei Federal 13.019/2014 e suas alterações); porém a Entidade aportará o valor de R\$ 1.900,00 como contrapartida financeira, conforme especificado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente termo de fomento vigorará de sua assinatura até 31/12/2024, podendo ser rescindido ou se houver interesse de ambas as partes poderá ser prorrogado até o limite de 5(cinco) anos, por termo aditivo a qualquer tempo, com as respectivas condições, eventuais reajustes, sanções e delimitações de

responsabilidades, desde que comunicado por escrito, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência.

3.2 – A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

Parágrafo único. A vigência prevista no caput poderá ser prorrogada de ofício, no caso de atraso na liberação de recursos por parte do município, por período equivalente ao atraso.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1 – São obrigações do MUNICÍPIO:

4.1.1 – Efetuar a transferência de recursos financeiros previstos na cláusula segunda.

4.1.2 – Analisar, através Secretaria de Esportes e Lazer, a prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, nos moldes previstos na Lei Federal nº 13.019/14 e demais alterações, na Instrução Normativa nº 1/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

4.1.3 – Proceder, por intermédio da Secretaria de Esportes e Lazer, o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, inclusive com a realização de visita(s) *in loco*, e eventualmente procedimentos fiscalizatórios em conjunto com o Gestor da Parceria.

4.1.4 – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação das ações objeto do presente Termo de Fomento, submetendo-o à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, nos termos do art. 59 da Lei Federal n.º 13.019/2014, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

4.1.5 – Através do gestor da parceria:

4.1.5.1 – acompanhar e fiscalizar a execução a parceria;

4.1.5.2 – informar à Secretaria de Esportes e Lazer a existência de fatos que possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

4.1.5.3 – emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a cláusula antecedente;

4.1.5.4 – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

4.1.6 – Reter as parcelas subsequentes, quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em relação às obrigações deste Termo de Fomento ou em caso de a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pelo município ou pelos órgãos de controle interno e externo, até a efetiva regularização.

4.1.7 – Em caso de retenção das parcelas subsequentes, o MUNICÍPIO, através da Secretaria de Esportes e Lazer, cientificará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

para, querendo, apresentar justificativa que entender necessária no prazo máximo de 10 (dez) dias.

4.1.8 – Em caso de apresentação de justificativa pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a Secretaria de Esportes e Lazer analisará os argumentos trazidos, decidindo sobre a retomada ou não dos repasses, bem como quanto ao pagamento ou não das parcelas retidas, que só poderão ser liberadas em caso de manutenção das atividades previstas no plano de trabalho.

4.1.9 – Em caso de descumprimento das notificações e prazos apontados para saneamento de irregularidades ou impropriedades da prestação de contas e da execução do objeto, serão tomadas as providências necessárias com a imposição das penalidades previstas na cláusula nona deste Termo de Fomento.

4.1.10 – Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento, e os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria oriunda do presente Termo de Fomento.

4.2 – São obrigações da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

4.2.1 – Executar as ações previstas no plano de trabalho aprovado em consonância com a legislação pertinente, observando os critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos.

4.2.2 – Prestar ao MUNICÍPIO, através da Secretaria de Esportes e Lazer todas as informações e esclarecimentos necessários durante o processo de monitoramento e avaliação das atividades do projeto.

4.2.3 – Promover, no prazo a ser estipulado pelo MUNICÍPIO, quaisquer adequações apontadas no processo de monitoramento e avaliação.

4.2.4 – Apresentar à Secretaria de Esportes e Lazer, nos prazos e nos moldes por ela estabelecidos, os relatórios das atividades executadas.

4.2.5 – Relatar todo fato relevante e quaisquer fatos que comprometam a correta execução das metas e objetivos traçados.

4.2.6 – Aplicar integralmente os valores recebidos nesta parceria, assim como os eventuais rendimentos, no atendimento do objeto constante da cláusula primeira em estrita consonância com o Plano de Trabalho.

4.2.7 – Observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência, publicidade, transparência na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade nas contratações de bens e serviços, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública.

4.2.8 – Manter conta corrente aberta no Banco do Brasil, a ser utilizada exclusivamente para o recebimento de recursos oriundos da presente parceria, procedendo toda movimentação financeira dos recursos na mesma, sendo vedadas as tarifas bancárias.

4.2.9 – Aplicar os saldos e provisões referentes aos recursos repassados a título da parceria, sugerindo-se a utilização de conta corrente com a opção de aplicação financeira com resgate automático.

4.2.10 – Efetuar todos os pagamentos com os recursos transferidos, dentro da vigência deste Termo de Fomento, indicando no corpo dos documentos originais das despesas – inclusive a nota fiscal eletrônica – o número do presente Termo, fonte de recurso e o órgão público celebrante a que se referem, mantendo-os na posse para eventuais fiscalizações e/ou conferências.

4.2.11 – Realizar a prestação de contas física dos recursos recebidos na Secretaria de Esportes e Lazer, obedecendo as disposições constantes no Anexo I deste Termo, sob pena de suspensão dos repasses.

4.2.12 - Devolver aos cofres públicos eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os obtidos de aplicações financeiras realizadas, no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, em caso de denúncia, rescisão, extinção do Termo de Fomento, devendo comprovar tal devolução através de comprovante anexado à prestação de contas, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública, ou na data da prestação de contas da última parcela no caso de conclusão da parceria.

4.2.13 – Restituir aos cofres públicos o valor recebido da parceria e seus rendimentos financeiros, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, quando:

- a) não houver, por qualquer motivo, a execução do objeto pactuado;
- b) a prestação de contas não for apresentada ou as pendências sanadas no prazo determinado pelo órgão gestor, acarretando na rejeição das contas;
- c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa do ora estabelecido.

4.2.14 – Não repassar nem redistribuir a outras Organizações da Sociedade Civil, ainda que a finalidade seja a mesma, os recursos oriundos da presente parceria.

4.2.15 – Manter em seus arquivos os documentos originais que compuseram a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação das mesmas.

4.2.16 – Realizar de forma exclusiva o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos em virtude da presente parceria, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e de pessoal.

4.2.17– As contratações de bens e serviços pelas organizações da sociedade civil, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública, deverão observar os princípios da impessoalidade, isonomia, economicidade, probidade, da eficiência, publicidade, transparência na aplicação dos recursos e da busca permanente de qualidade.

4.2.18 – Realizar e responsabilizar-se de forma exclusiva pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública sua inadimplência em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

4.2.19 – Manter, durante toda a vigência da parceria, as condições iniciais de autorização, bem como sua regularidade fiscal.

4.2.20 – Comunicar por escrito, com prazo de no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, eventuais pretensões de alterações no objeto, forma de execução ou intenção de denúncia da parceria.

4.2.21 – Garantir o livre acesso dos agentes da administração pública municipal, do controle interno e do Tribunal de Contas, aos documentos e às informações relacionadas ao presente Termo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

4.2.22 – Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, nos termos do artigo 11 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 5.1 – Toda prestação de contas deve ocorrer exclusivamente pela via digital por meio do sistema 1DOC – “Porto Ferreira Sem Papel” desta Municipalidade.
- 5.2 – A OSC abrirá um protocolo contendo a documentação da Prestação de Contas, conforme Anexo I do presente termo para cada mês de referência ou até último dia útil do mês subsequente ao da utilização de todo o recurso, para análise do Gestor da Parceria, homologação da Comissão de Monitoramento e Avaliação e Parecer do Conselho.
- 5.3 – A Secretaria Gestora, por sua vez, dará andamento no mesmo protocolo para os trâmites internos.
- 5.4 – Após aprovação da prestação de contas apresentada, a Secretaria encaminhará à Seção de Controle de Contratos e Convênios a Prestação de Contas acompanhada do Ofício de Aprovação, Relatório de Monitoramento e Avaliação e Ata do Conselho para providências.
- 5.5 – A entrega da Prestação de Contas Anual referente ao recurso recebido no exercício de 2024, deverá ser entregue até 30/3/2025.

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

- 6.1 – Toda a movimentação financeira de recursos entre a Administração Pública e a organização da sociedade civil será realizada mediante transferência eletrônica com identificação do beneficiário e em sua conta bancária específica.
- 6.2 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter conta corrente aberta no Banco do Brasil, a ser utilizada exclusivamente para o recebimento do recurso da parceria e isenta de tarifa bancária.
- 6.3 – É vedada a transferência do recurso para outra conta bancária diferente da informada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.
- 6.4 – Os pagamentos das despesas deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço.
- 6.5 – Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, poderá admitir a realização de pagamentos em espécie.
- 6.6 – Os rendimentos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
- 6.7 – As **notas fiscais** e os demais documentos comprobatórios das despesas **só serão aceitos** desde que sejam emitidos pelos respectivos fornecedores com indicação no conteúdo original dos documentos, inclusive nota fiscal eletrônica, da identificação do órgão público concessor, do número do Termo de Colaboração/Fomento e os demais elementos identificadores, não sendo admitida a inserção dessas informações após a emissão do respectivo documento; Ademais, as notas fiscais deverão ser escrituradas conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade e atender aos princípios fundamentais da contabilidade, conforme inciso IV, Art. 33, Lei Federal n.º 13.019/2014. **Não será permitido a inserção de informações nas notas fiscais de forma manual (a caneta) ou mediante carimbo.** Mediante o disposto no Art. 64 da Lei Federal nº 13.019/2014 o descritivo das atividades realizadas/ serviço prestado deve vir pormenorizado na

nota fiscal incluindo o local que o serviço foi prestado, horário e período bem como o nome do profissional em se tratando de sociedade.

6.8 - Exceção à regra acima ocorre nos casos dos comprovantes de despesas emitidos por concessionárias de serviços públicos (água, energia e/ou telefone) que, pela impossibilidade/excessiva dificuldade de cumprir a regra, continuará a ser identificando manualmente, já que essa opção é melhor do que não identificar.

6.9 – Fica autorizado o remanejamento de valores entre rubricas sem alteração do valor total pactuado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA HIPÓTESE DE RETOMADA

7.1 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO, poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades;

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS PERMANENTES E REMANESCENTES

8.1 - Todo e qualquer bem permanente adquirido com verbas da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e deverá ser formalizada a promessa de transferência da propriedade à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

8.2 - Todo e qualquer bem remanescente adquirido com verbas da parceria, que possua ou não a característica de permanente, deverá ser direcionado ao patrimônio da Municipalidade ao cabo da respectiva parceria, salvo deliberação em sentido contrário da Municipalidade, sempre fundamentada nos limites do parágrafo único, Art. 36, da Lei Federal n.º 13.019/14.

CLAÚSULA NONA- LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

9.1 - Os dados pessoais informados preliminarmente no Plano de Trabalho, como condição para recebimento de repasses, serão tratados pelo Município de Porto Ferreira/SP para atendimento das finalidades públicas respectivas aos trâmites.

9.1.1. - A Entidade/Organização da Sociedade Civil, autoriza o tratamento de dados referido no parágrafo acima sempre que se fizer necessário para os fins do Art. 7º e/ou Art. 11, ambos da Lei Federal n.º 13709/2018, bem como se responsabiliza pelo levantamento prévio de consentimento expresso de seus prepostos e agentes para os fins tratados nessa cláusula.

9.2 - A Entidade/Organização da Sociedade Civil, obriga-se ao cumprimento integral das disposições da Lei Federal n.º 13709/2018, especialmente quanto ao correto manuseio de dados pessoais e dados pessoais sensíveis de pessoa natural.

9.3 - A Entidade/Organização da Sociedade Civil, autoriza que o Município de Porto Ferreira/SP promova o uso compartilhado de dados pessoais seus e de seus prepostos, conforme definição do inciso XVI, Art. 5º, Lei Federal n.º 13709/2018, internamente ou externamente, o que será realizado conforme limitações dispostas no Art. 26 da referida lei nacional.

9.4 - O titular de dados coletados, diretamente ou por meio da pessoa jurídica que o representa ou para a qual forneceu autorização de tratamento de dados por parte do Município de Porto Ferreira/SP, poderá solicitar a qualquer tempo acesso aos dados coletados, bem como solicitar correção, bloqueio ou eliminação de dados e revogação de consentimento para tratamento de dados.

9.4.1 - As solicitações referidas no parágrafo acima deverão ser enviadas ao e-mail: gabinete@portoferreira.sp.gov.br, as quais serão encaminhadas ao(s) responsável(is) pelas providências e respostas.

9.5 - As ações referidas no parágrafo acima serão executadas conforme o seguinte procedimento:

a) Antes do ato de formalização de parceria/fomento/colaboração/convênio/acordo de cooperação, a Organização da Sociedade Civil/ Entidade, deverá informar previamente a qualificação de seu preposto responsável pelo tratamento dos dados pessoais enumerados nos incisos I, II e III, Art. 5º, Lei Federal n.º 13709/2018, sendo que esse deverá ser registrado no referido instrumento contratual em local específico.

b) Caso caracterizada qualquer violação das disposições constantes na Lei Federal n.º 13709/2018 no que tange ao procedimento de tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis de pessoa natural, caberá ao Município informar à Autoridade Nacional para providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n.º 13.019/2014 e da legislação específica, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do município, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
§1º As sanções estabelecidas nos incisos I, II e III desta cláusula são de competência exclusiva da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

§2º Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS ALTERAÇÕES

11.1 - Este Termo de Fomento poderá ser aditado, por acordo entre as partes, no caso de acréscimo ou redução do número de atendidos, adequação de forma de pagamento e/ou de repasses mensais por parte do MUNICÍPIO ou suplementação de seu valor.

11.2 - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Porto Ferreira para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Termo.

E por estarem certas e ajustadas, firmam o presente.

Porto Ferreira, 14 de maio de 2024.

RÔMULO LUÍS DE LIMA RIPA
ÓRGÃO PÚBLICO
CPF: 350.575.978-33

LEONARDO RIBALDO DOS SANTOS EVANGELISTA
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
CPF: 390.734.938-54

TESTEMUNHAS:
Nome: Miguel Bragioni Lima Coelho
CPF: 298.324.078-93

Nome: Ednei Fernandes
CPF: 154.748.298-25

ANEXO I - DO TERMO DE FOMENTO Nº 10/2024

GUIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1- PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

1.1 Documentos por parte da Entidade

- A) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- B) Relatório de Execução financeira, com a descrição receitas efetivamente realizadas. (O relatório deverá conter a assinatura do representante legal e do contador responsável);
- C) Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela Organização da Sociedade Civil, contendo atividades ou Projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- D) Relação de Gastos, com a descrição das despesas efetivamente realizadas (O relatório deverá conter a assinatura do representante legal e do contador responsável);
- E) Cópias dos comprovantes de todas as despesas realizadas, bem como seus respectivos documentos de pagamento;
- F) Relatório Fotográfico;
- G) Extratos bancários;
- H) Declaração de Guarda dos originais dos documentos que foram apresentados na Prestação de Contas;
- I) Comprovante de inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e registro dos programas de formação desportiva, conforme Resolução nº 155, de 8 de novembro de 2012, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;

1.2 Documentos por parte da Secretaria

- A) Ofício de aprovação da prestação de contas e liberação da próxima parcela (quando for o caso)
- B) Ata de aprovação do Conselho;
- C) Relatório de Monitoramento e Avaliação (trimestral)

**ANEXO RP-09 –REPASSES AO TERCEIRO SETOR
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
TERMO DE FOMENTO**

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: ASSOCIAÇÃO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO
TERMO DE FOMENTO Nº 10/2024
OBJETO: Participação na VII Copa Intencional de Futebol de Base de Brodowski-SP de 12 a 18 de julho de 2024
VALOR DO AJUSTE: R\$ 40.000,00

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido e seus aditamentos/ o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Porto Ferreira, 14 de maio de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:

Nome: Rômulo Luís de Lima Ripa
Cargo: Prefeito
CPF: 350.575.978-33

ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:

Nome: José Carlos Ruiz
Cargo: Secretário de Fazenda e Planejamento
CPF: 473.440.328-72

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: Leonardo Ribaldo dos Santos Evangelista
Cargo: Presidente
CPF: 390.734.938-54

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:

Nome: Rômulo Luís de Lima Ripa
Cargo: Prefeito
CPF: 350.575.978-33
Assinatura:

SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER DO ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE:

Nome: Ralf Fábio Buriti
Cargo: Secretário de Esportes e Lazer
CPF: 353.295.398-62

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: Leonardo Ribaldo dos Santos Evangelista
Cargo: Presidente
CPF: 390.734.938-54

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Gestor da Parceria
Nome: Ralf Fábio Buriti
Cargo: Secretário de Esportes e Lazer
CPF: 353.295.398-62



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 87F0-684D-F3DD-9C26

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ROMULO LUIS DE LIMA RIPA (CPF 350.XXX.XXX-33) em 14/05/2024 16:36:45 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ EDNEI FERNANDES (CPF 154.XXX.XXX-25) em 14/05/2024 16:46:21 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ LEONARDO RIBALDO DOS SANTOS EVANGELISTA (CPF 390.XXX.XXX-54) em 14/05/2024 17:20:05 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ RALF FÁBIO BURITI (CPF 353.XXX.XXX-62) em 15/05/2024 09:04:55 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ MIGUEL BRAGIONI LIMA COELHO (CPF 298.XXX.XXX-93) em 15/05/2024 11:08:09 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ASSOCIAÇÃO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO (CNPJ 49.130.970/0001-09) em 15/05/2024 11:27:19 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://portoferreira.1doc.com.br/verificacao/87F0-684D-F3DD-9C26>

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO Nº 10/2024

Protocolo nº 9.617/2024

Pelo presente, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o n.º 45.339.363/0001-94, com sede na Praça Cornélio Procópio, 90 – Centro, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Senhor **RÔMULO LUÍS DE LIMA RIPA**, de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO**, doravante denominada simplesmente ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob n.º 49.130.970/0001-09, situado na Av. Engenheiro Nicolau de Vergueiro Forjaz, nº 429 – centro, Porto Ferreira/SP, CEP 13.660-005, representado por seu responsável legal, o Senhor, **LEONARDO RIBALDO DOS SANTOS EVANGELISTA** inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF) sob o nº 390.734.938-54, celebram este Termo de Fomento com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015.

CONSIDERANDO os apontamentos registrados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Ferreira – CMDCA no expediente do Protocolo 9.617/2024, acerca da necessidade de regularização de itens constatados em visita técnica realizada na sede da Associação Multicultural e Esportiva Meninos do Morro;

CONSIDERANDO que as regularizações propostas visam atender ao disposto na Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e na Resolução CONANDA nº 155, de 8 de novembro de 2012, expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO manifestação da Procuradoria Geral do Município, no sentido da necessidade de saneamento dos apontamentos exarados pelo CMDCA, o que não impossibilita a assinatura do Termo de Fomento, inclusive pelo fato de ter sido conferido prazo à entidade para regularização dos itens apontados;

Rerratifica-se o Termo de Fomento nº 10/2024, nas condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Retificar a CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES, do Termo de Fomento nº 10/2024, inserindo o item 4.2.3.1, que trata do prazo para cumprimento das obrigações exigidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Ferreira – CMDCA:

4.2.3.1 – Cumprir as exigências apontadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Ferreira – CMDCA, registradas no Protocolo nº 9.617/2024, especificamente quanto à apresentação de planq

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

de trabalho da Associação, autorização dos pais/responsáveis para participação dos adolescentes nos treinos, arquivo documental dos adolescentes, avaliação integral à saúde, que atesta adequada condição do adolescente para atividade, e espaço/campo/quadra adequado para os treinamentos, inclusive com Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB atualizado, até um dia antes do início da VII Copa Internacional de Futebol de Brodowski – SP, objeto deste Termo de Fomento, que acontecerá entre 12 a 18 de Julho de 2024.

Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições do citado Termo.

E por estarem certas e ajustadas, firmam o presente.

Porto Ferreira, 20 de maio de 2024.

RÔMULO LUÍS DE LIMA RIPPA
ÓRGÃO PÚBLICO
CPF: 350.575.978-33

LEONARDO RIBALDO DOS SANTOS EVANGELISTA
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
CPF: 390.734.938-54

TESTEMUNHAS:

Nome: Miguel Bragioni Lima Coelho
CPF: 298.324.078-93

Nome: Ednei Fernandes
CPF: 154.748.298-25



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7009-B993-35CB-D242

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MIGUEL BRAGIONI LIMA COELHO (CPF 298.XXX.XXX-93) em 20/05/2024 10:58:48 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ROMULO LUIS DE LIMA RIPA (CPF 350.XXX.XXX-33) em 20/05/2024 11:09:25 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ASSOCIAÇÃO MULTICULTURAL E ESPORTIVA MENINOS DO MORRO (CNPJ 49.130.970/0001-09)
em 20/05/2024 11:12:14 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ LEONARDO RIBALDO DOS SANTOS EVANGELISTA (CPF 390.XXX.XXX-54) em 20/05/2024 11:20:05
(GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ EDNEI FERNANDES (CPF 154.XXX.XXX-25) em 20/05/2024 11:20:39 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://portoferreira.1doc.com.br/verificacao/7009-B993-35CB-D242>